

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

Edital

CARTA CONVITE 003/2021

A METAIS DE GOIÁS S/A - METAGO em liquidação, torna público que realizará, na sala de reuniões da Diretoria-executiva de Liquidação de Estatais, com endereço na Rua 05, nº 833, Edifício Palácio de Prata, 8º andar, Setor Oeste, CEP 74115-060, Goiânia – Goiás, no dia 22/12/2021 às 09h00min, procedimento licitatório modalidade Carta Convite, tipo Menor Preço Global, objetivando a contratação de serviços limpeza, conservação e jardinagem com fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais. Mais informações na sede da Diretoria-executiva de Liquidação de Estatais, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, pelos telefones (62) 3201-8454, no site <http://www.administracao.go.gov.br/> ou pelo e-mail fausto.vidal@goias.gov.br.

A METAIS DE GOIÁS S/A - METAGO em liquidação, empresa de economia mista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.535.210/0001-47, com endereço na Rua 05, nº 833, Edifício Palácio de Prata, 8º andar, Setor Oeste, CEP 74115-060, Goiânia – Goiás, neste ato representada por seu Liquidante e Diretor-Executivo de Liquidação de Estatais, Sr. Edson Sales de Azeredo Souza, brasileiro, casado, Administrador, Gestor de Finanças e Controle, portador da Carteira de Identidade nº 198557 PCID-GO, sob o CPF nº 122.500.661-91, residente e domiciliado em Goiânia, nomeado pelo Decreto Governamental de 14.01.2019, publicado na página 4 do Diário Oficial do Estado de Goiás nº 22.971, de 14.01.2019 – Suplemento, confirmado liquidante pelo Decreto nº 9.455, de 25 de junho de 2019, nos termos do Art. 76 da Lei nº 20.491, de 25 de junho de 2019, e pelos §§ do Art. 66 desta mesma Lei, que estabelece a organização administrativa do Poder Executivo, por meio de seu Presidente e membros da Comissão de Licitação, designados pela Portaria nº 017/2021, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar na sala de reuniões da Diretoria-executiva de Liquidação de Estatais, no endereço supracitado, licitação na modalidade **CARTA CONVITE**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e disposições complementares, da Lei Estadual nº 17.928/2012 e da Lei Complementar nº 123/2006, da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/1976 e Lei nº 13.303/2016 que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em conformidade com a autorização constante do **Processo nº 202100005024524**, de acordo com as especificações e descrições anexas.

1. OBJETO

1.1. A presente licitação, na modalidade carta convite, tipo menor preço, objetiva a contratação de empresa para a prestação dos serviços limpeza, conservação e jardinagem com fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais especializados para atendimento no imóvel da METAGO em liquidação situado à Avenida Laurício Pedro Rasmussen/Rodovia BR 153, Qd. Área - s/n Área 1, Vila Yate, Goiânia – GO, conforme especificações, materiais, normas e quantidades estabelecidas, conforme as descrições e especificações constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

2.1. Poderão participar desta licitação, os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

2.1.1. Forem regularmente convidadas, atenderem às condições deste Convite e apresentarem os documentos nele exigidos.

2.1.2. Se enquadrem como microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar no 123/2006.

2.2. Não poderão participar desta licitação:

2.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.2.2. Que não atendam às condições destes Edital e seus anexos;

2.2.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

2.2.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

2.2.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

2.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

2.2.8. Instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017).

2.2.9. As empresas cujos sócios, administradores, empregados, controladores sejam servidores do Estado de Goiás.

2.2.10. Que preencha algum impedimento previsto na Lei Orgânica Estadual.

2.3. É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

2.4. Qualquer manifestação em relação a presente licitação fica condicionada à apresentação de documento de identificação e Instrumento Público de Procuração ou Instrumento Particular, com firma reconhecida. Sendo sócio, dirigente, proprietário ou assemelhado, deverá apresentar cópia do Contrato Social e documento de identidade. A não apresentação ou incorreção do documento supracitado, não inabilitará a licitante, mas impedirá o seu representante de se manifestar e responder pela mesma.

2.5. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

2.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Presidente de CPL em contrário. As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas por este instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante.

2.7. A sessão de processamento da Carta Convite será realizada no dia e hora constantes no preâmbulo da Carta Convite, na sala de reuniões da Diretoria-Executiva de Liquidação de Estatais, com endereço na Rua 05, nº 833, Edifício Palácio de Prata, 8º andar, Setor Oeste, CEP 74115-060, Goiânia – Goiás, e conduzida pelo Presidente da CPL e membros de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

2.8. A Carta Convite e seus respectivos anexos encontram-se afixados no mural de licitações e no site da Diretoria-executiva de Liquidação de Estatais (<http://www.administracao.go.gov.br>, seguindo o caminho Gestão > Diretoria-Executiva de Liquidação de Estatais > Licitações > Pro-Liquidação > Carta Convite 2021), à disposição dos interessados para consulta e estudo, durante o prazo de divulgação da Licitação até o recebimento dos envelopes, nos dias úteis e no horário das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, de segunda a sexta-feira, na Comissão de Licitações desta Diretoria, no endereço acima citado. Mais informações pelo e-mail fausto.vidal@goias.gov.br ou telefones (62) 3201-8454.

2.9. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

2.9.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

2.9.2. Consulta ao banco de empresas com penalidades do Estado de Goiás (<http://www.comprasnet.go.gov.br/paginas/fornecedor/CertidaoNegativaEmissao.aspx>);

2.9.3. Os documentos para habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião ou por funcionário público do Estado de Goiás.

2.10. Constatada a existência de sanção, o licitante será declarado inabilitado, por falta de condição de participação.

2.11. Não existindo qualquer impedimento nos cadastros acima mencionados, passará a comissão a analisar o envelope de habilitação que deverá conter no mínimo a documentação descrita no item 2.13 e seus subitens.

2.12. Os envelopes serão recebidos pela Comissão de Licitação em dia, hora e local mencionados no preâmbulo, em uma via digitada, assinada em sua última folha e rubricadas nas demais pelos proponentes ou seus procuradores constituídos, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, em dois envelopes distintos, fechados, lacrados, contendo na sua parte externa fronteira, a seguinte inscrição:

À METAGO EM LIQUIDAÇÃO

Carta Convite nº 003/2021
Envelope nº 1 - Documentação
Proponente (nome completo da empresa)

À METAGO EM LIQUIDAÇÃO
Carta Convite nº 003/2021
Envelope nº 2 - Proposta
Proponente (nome completo da empresa)

2.13. O ENVELOPE Nº 1 DEVERÁ CONTER:

2.13.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

2.13.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

2.13.1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

2.13.1.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

2.13.1.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

2.13.1.5. Cédula de Identidade e CPF do(s) sócio(os) ou diretor(es) administradores ou proprietário(s) da empresa, conforme contrato social;

2.13.1.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

2.13.1.7. Se representada em sessão por procurador, deverá este apresentar procuração, com firma reconhecida e poderes para receber notificação, intimação e assinar contrato, obrigando o licitante a todos os termos da presente Carta Convite e proposta, inclusive acordar, discordar, receber citação, transigir, renunciar, recorrer, desistir, com prazo de validade não inferior a três meses, contados da abertura das propostas e sua documentação pessoal.

2.13.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

2.13.2.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), expedido há no máximo 60 dias;

2.13.2.2. Prova de regularidade com a Fazenda Federal (a certidão de regularidade deve abranger obrigações com a Receita Federal, com a Procuradoria da Fazenda Nacional em relação débitos inscritos em dívida ativa, e abranger inclusive as contribuições sociais);

2.13.2.3. Prova de regularidade Fazenda Estadual, onde a licitante tenha sede ou filial;

2.13.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, onde a licitante tenha sede ou filial

2.13.2.5. Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

2.13.2.6. Prova e inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943.

2.13.2.7. Todas as certidões devem estar válidas no dia da abertura dos envelopes.

2.13.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

2.13.3.1. Certidão Negativa de Falência ou recuperação judicial expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, **expedida há no máximo 60 dias;**

2.13.3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

2.13.3.2. Deverão constar as seguintes páginas: Certidão de Regularidade Profissional emitida pelo Conselho de Contabilidade, o Termo de Abertura, o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo de Resultado do Exercício, o Termo de Encerramento e o comprovante de envio do documento ao órgão responsável pela recepção do arquivo.

2.13.3.3. Declaração emitida e assinada pelo profissional contábil que comprove boa situação financeira da empresa que deverá ser apresentada pela licitante, será avaliada através da utilização dos seguintes índices contábeis: **Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Grau de Endividamento Geral (GEG) ou Solvência Geral (SG)**, de conformidade com o disposto no § 5º, do art. 31, da Lei 8.666/93.

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

2.13.3.4. Os dados financeiros deverão demonstrar: Liquidez Geral, igual ou maior que 1,0 (um vírgula zero); Liquidez Corrente, igual ou maior que 1,0 (um vírgula zero); Grau de Endividamento Geral, igual ou menor que 0,5 (zero vírgula cinco) e Grau de Solvência Geral igual ou maior que 1,0 (um vírgula zero).

2.13.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

2.13.4.1. No mínimo, um atestado de capacidade expedido em nome da licitante fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando aptidão na prestação dos serviços pertinentes e compatíveis em características com o objeto deste edital.

2.13.5. DEMAIS EXIGÊNCIAS

2.13.5.1. Declaração que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme art. 7º, inciso XXXIII, combinado com o art. 27, V da Lei 8666/93;

2.13.5.2. Declaração sob as penas da lei, firmada pelo representante legal da licitante, de que não foi declarada inidônea para licitar e ou contratar com a Administração Pública, bem como de que quaisquer dos sócios da empresa ou diretores não estão proibidos de contratar com o poder público, comprometendo-se a informar qualquer uma dessas situações por evento superveniente;

2.13.5.3. Declaração atestando que a empresa não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, e caso possua, deverá declarar a pessoa, cargo, vínculo, para fins de exame se incide ou não em alguma restrição legal para fins de contratação. Compreendem-se as esferas públicas, municipais, estaduais e da União.

2.13.5.4. Declaração de que concorda com todos os termos da presente Carta Convite e respectivos anexos, inclusive do contrato, se comprometendo a assinar e cumprir, se for vencedor, o contrato na forma ora apresentada e no prazo assinalado, bem como de manter durante o contrato situação regular com os requisitos da presente Carta Convite;

2.14. DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

2.14.1. Em se tratando de **MICRO EMPRESA** ou **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, se for o caso, nos termos da lei complementar nº 123, de 14.12.2006, e para que essa possa gozar dos benefícios previstos no Capítulo V da referida Lei, é necessário apresentar junto com os documentos de habilitação:

2.14.1.1. Declaração de enquadramento como EPP ou ME, nos termos da Lei Complementar 123/2006

2.14.1.2. Certidão emitida pela internet (www.receita.fazenda.gov.br) de Optante pelo Simples, lembrando que seus dados serão conferidos pela Equipe de Apoio perante o site correspondente, ou Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial (IN 103/2007, § 8º) expedidas há no máximo 60 dias.

2.14.2. A responsabilidade pela declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte é única e exclusiva do licitante que, inclusive, se sujeita a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

2.14.3. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, atendendo o que determina o art. 43 da Lei Complementar 123/2006.

2.14.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado às mesmas o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

2.14.5. Os documentos para habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião ou por funcionário público do Estado de Goiás.

2.15. O ENVELOPE Nº 2 DEVERÁ CONTER:

2.15.1. No Envelope “Proposta de Preços”, ENVELOPE Nº 02, constará apenas a carta-proposta, conforme anexo II. Deverá ela:

2.15.1.1. Conter a indicação de apenas uma marca e modelo (se houverem) para cada produto cotado;

2.15.1.2. Ser redigida, na mesma ordem constante dos Anexos, impressa em papel timbrado ou editorada por computador, em língua portuguesa, salva quanto às expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datadas, assinadas todas as folhas pelo representante legal da Proponente;

2.15.1.3. Indicar a razão social da Proponente, endereço completo (rua/avenida, número, bairro, cidade, CEP e UF) telefone e **endereço eletrônico (e-mail)**, mencionando o Banco, números da conta corrente e da Agência no qual serão depositados os pagamentos se a Licitante se sagrar vencedora do certame, bem como, a qualificação do representante da Licitante, para fins de assinatura do contrato, quando for o caso;

2.15.1.4. Apresentar proposta com validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura do envelope “proposta”;

2.15.1.5. Ofertar preços expressos em moeda corrente nacional, utilizando apenas **DUAS CASAS DECIMAIS APÓS A VÍRGULA** (Lei Federal nº. 9.069/95), em algarismo (unitário e total), sem emendas ou rasuras.

2.15.2. A administração se propõe pagar preço igual ou inferior ao estimado, conforme anexo I.

2.15.3. As Propostas que atenderem aos requisitos da Carta Convite e seus anexos serão verificados quanto a erros, os quais serão corrigidos pelo Presidente da Comissão de Licitação da forma seguinte:

a. Discrepância entre valor grafado em algarismos e por extenso: prevalecerá o valor por extenso;

b. Erros de transcrição das quantidades previstas: o item será corrigido, mantendo-se o preço unitário e corrigindo-se a quantidade e o preço total;

c. Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade e corrigindo-se o total;

d. Erro de adição: será retificado, considerando-se as parcelas corretas e retificando-se a soma.

2.15.3.1. O valor total da proposta será ajustado pelo Presidente da Comissão de Licitação em conformidade com os procedimentos acima para correção de erros. O valor resultante constituirá o total a ser pago;

2.15.3.2. Em nenhuma hipótese será permitida a licitante retificar o valor da proposta, seja unitário seja total, sob qualquer argumento, após a abertura dos envelopes de proposta de preço. As correções serão efetuadas exclusivamente pelo pregoeiro conforme item 2.4.3, de caráter taxativo.

2.15.4. No preço ofertado deverão estar incluídas todas as despesas que incidam ou venham a incidir tais como, fretes, impostos, taxas, encargos enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto ora licitados inclusive os decorrentes de troca de serviço dentro do prazo de garantia se for o caso.

2.15.5. Sob pena de desclassificação da empresa licitante, a proposta deverá estar assinada pelo sócio administrador ou procurador com poderes para contrair obrigação.

2.15.6. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da solicitação.

3. DO JULGAMENTO

3.1. Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666/93 e alterações.

3.2. Para efeitos de julgamento, esta licitação é do tipo Menor Preço.

3.3. O julgamento das propostas e a adjudicação serão disponibilizados, na Diretoria-executiva de Liquidação de Estatais, na sala da Comissão de Licitações, no endereço supracitado, para intimação e conhecimento dos interessados.

3.4. Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com esta Carta Convite, bem como com preços superestimados ou inexequíveis.

3.5. O julgamento será realizado levando em consideração o **MENOR PREÇO**, classificando-se em primeiro lugar a proposta que se apresentar em conformidade com as especificações da Carta Convite e ofertar o Menor Preço.

3.6. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, após obedecido o disposto no parágrafo segundo, do art. 3º, da Lei Federal 8.666/93, será utilizado o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

3.7. Os preços devem ser básicos para a data do recebimento da proposta prevista nesta Carta Convite, desclassificando-se proposta que informar outro critério.

3.8. Em caso de divergências entre preços unitários e totais, prevalecerão os preços unitários. Entre expressões numéricas em algarismo e por extenso, prevalecerão as últimas.

3.9. Será considerado o menor preço tomando-se por base àquele vigente na data da abertura das propostas.

3.10. Se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 10% (dez por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á no reconhecimento de empate, conforme § 1º, do art. 44 da Lei Complementar 123.

3.10.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma constante neste item 3.10, poderá apresentar nova proposta, inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto da licitação, se assim o fizer.

3.10.2. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese prevista no item 3.10, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

3.10.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nesta condição, será realizado sorteio entre elas para que se defina aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

3.10.4. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 1 dia útil, após solicitação da Comissão de Licitações, sob pena de preclusão.

3.10.5. A Comissão de Licitações poderá solicitar, a qualquer momento, documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.10.6. Na hipótese da não contratação nos termos previstos nas condições anteriores conferidas pela Lei Complementar 123, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

3.10.7. O disposto nos itens **3.10.1 a 3.10.6** desta Carta convite, somente se aplicará quando a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontra no intervalo estabelecido no item **3.10**.

4. DO PROCEDIMENTO

4.1. Após declarado encerrado o prazo para recebimento dos invólucros, nenhum outro documento será recebido, nem serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou modificações a documentação e propostas, já entregues, salvo quando requisitados pela Comissão, justificadamente, com finalidade meramente elucidativa.

4.2. Abertos os invólucros contendo os documentos de habilitação e de proposta, estes serão rubricados pela Comissão e pelos proponentes presentes. A abertura dos envelopes obedecerá a forma estabelecida nesta Carta Convite.

4.3. Serão considerados inabilitados automaticamente os proponentes que não apresentarem a documentação solicitada ou apresentarem-na com vícios ou defeitos que impossibilitem o seu entendimento, ou não tenham atendido satisfatoriamente as condições desta Carta Convite. Não constituirá causa de inabilitação ou desclassificação a irregularidade formal que não afete o conteúdo ou idoneidade do documento.

4.4. Não será aceito qualquer documento por via fac-símile, nem cópia realizada com papel próprio para fac-símile, ainda que autenticado.

4.5. Aberto o envelope nº 01, na data prevista para recebimento das propostas, e constatada a regularidade dos proponentes, a Comissão processará a abertura dos envelopes nº 02, sempre em sessão pública, previamente designada, que poderá realizar-se logo após a esta, se todas as proponentes habilitadas ou não, renunciarem a faculdade de interposição de recurso, de modo expresse, mediante a consignação dessa circunstância em ata, por todos assinadas.

4.6. Os invólucros contendo as propostas dos participantes declarados inabilitados serão devolvidos, ainda, lacrados, após definitivamente encerrada a fase de habilitação.

4.7. Abertos os envelopes de nº 02, contendo as propostas, estas serão examinadas e rubricadas, folha a folha, pelos proponentes presentes e pela Comissão. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem irregularidades, vícios ou defeitos que impossibilitem o seu entendimento, não atenda as exigências da Carta Convite ou contenham preços excessivos ou manifestamente inexequíveis.

4.8. A Comissão de Licitação reserva-se o direito de realizar, a qualquer momento, através de comissão técnica de Fiscalização, diligências no sentido de verificar a consistência dos dados ofertados pelos proponentes, neles compreendida a veracidade de informações e circunstâncias pertinentes a licitação, inclusive durante o período contratual.

4.9. Do procedimento licitatório e suas fases lavrar-se-á a ata circunstanciada que será assinada pela comissão e proponentes presentes, quando for o caso.

5. DOS RECURSOS

5.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de licitantes e julgamento das propostas observará o disposto no art. 109, § 4º, da Lei 8.666, de 1993.

5.2. Os recursos deverão ser encaminhados para a Comissão de Licitação da Diretoria-executiva de Liquidação de Estatais, instalada no endereço Rua 05, nº 833, Edifício Palácio de Prata, 8º andar, Setor Oeste, CEP 74115-060, Goiânia – Goiás, ou pelo e-mail fausto.vidal@goias.gov.br.

5.3. O recurso será dirigido ao Diretor-executivo de Liquidação de Estatais, por intermédio do Presidente da Comissão de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 02 (dois) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

5.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

5.5. Por ocasião da habilitação e julgamento das propostas, estando todos os representantes legais das licitantes presentes à reunião em que for proferida a decisão e, havendo concordância, ficará consignada a desistência expressa ao direito de interposição do recurso previsto no art. 109, inciso I, alíneas “a” e “b”, mediante devida assinatura da Ata de Sessão, consoante disposto no art. 43, inciso III, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

6. DO CONTRATO

6.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

6.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Carta Convite.

6.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 2 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento, e remetido via Correios ou outro meio de transporte, encaminhando por e-mail o respectivo comprovante de postagem para rastreamento.

6.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

6.4. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Carta Convite e das demais cominações legais.

6.5. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.6. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS em relação ao empregados da contrata que efetivamente participaram da execução do contrato poderá dar ensejo à rescisão do contrato, por ato unilateral e escrito, por parte da CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

7. DO REAJUSTE

7.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano do mês-base / data-base do orçamento constante da Carta Convite e seus anexos.

7.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGP exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

8.1.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação;

8.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

8.3. No caso de obras, somente será autorizada a subcontratação de empresas que expressamente aceitem o cumprimento das cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas, previstas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018.

8.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, PENALIDADES E RESCISÃO

9.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, o licitante/adjudicatário que:

9.1.1. Não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

9.1.2. Apresentar documentação falsa;

9.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

9.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

9.1.5. Não manter a proposta;

9.1.6. Cometer fraude fiscal;

9.1.7. Comportar-se de modo inidôneo.

9.1.8. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

8.2. Subcontratar parcela do objeto fora das condições previstas na Carta Convite ou sem autorização da CONTRATANTE.

9.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

9.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

9.3.2. Multa de:

9.3.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

9.3.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

9.3.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

9.3.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo;

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens da Carta convite e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos na Carta Convite/contrato;	01

9.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

9.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

9.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

9.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.7. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o órgão poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

9.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

9.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na Carta Convite.

9.12. Sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal a que pode ficar sujeito, o rol das penalidades administrativas a que o licitante, adjudicatário ou contratado pode ser submetido, assim como o rito do procedimento administrativo para sua aplicação, estão dispostos na Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999 e nº 10.520, de 2002, sobre Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAAR.

10. HOMOLOGAÇÃO, CONTRATO E VIGÊNCIA

10.1. O contrato terá vigência estimada de 06 (seis) meses, contados da data da assinatura, podendo ser prorrogada a critério da Administração, até o limite legal (art. 57, LLC), garantida a sua eficácia após a publicação do extrato na imprensa oficial. Essa contratação não implica vínculo empregatício de qualquer natureza, podendo a rescisão do contrato ocorrer nos termos do artigo 77, 78 e 79 da Lei n. 8.666, de 1993.

10.1.1. A critério da Contratante, o contrato poderá ser encerrado a qualquer momento, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias a Empresa Contratada.

10.2. Ocorrendo à prorrogação do prazo de duração do contrato o valor do objeto poderá ser reajustado anualmente pelo IGP.

10.3. A contratação será regida pela Lei nº. 8.666, de 1993 e suas alterações posteriores.

10.4. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato de para os serviços de reforma.

10.5. Transcorrido o prazo recursal ou decidido os recursos eventualmente interpostos, a Comissão sugerirá à Diretoria-executiva de Liquidação de Estatais a homologação do presente certame e posterior adjudicação do objeto ao vencedor.

10.6. Após a homologação da licitação pela Presidência, a empresa adjudicatária será chamada a assinar o Contrato, sendo-lhe concedido para tanto o **prazo de 02 (dois) dias úteis**, contados a partir da data do recebimento da convocação.

10.7. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas e facultando o TCE-GO convocar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação ou revogar a licitação.

11. DO PAGAMENTO

11.1. Os pagamentos serão efetuados em até 10 (dez) dias após a apresentação da fatura junto a Gerência de Gestão Financeira, devidamente atestada pela unidade competente, após o mês vencido, para o respectivo pagamento.

11.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

11.3. O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

11.3.1. O prazo de validade;

11.3.2. A data da emissão;

11.3.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

11.3.4. O período de prestação dos serviços;

11.3.5. O valor a pagar; e

11.3.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

11.5. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

11.5.1. Não produziu os resultados acordados;

11.5.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

11.5.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, VALOR ESTIMADO E ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

12.1. As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta de recursos próprios da **METAIS DE GOIÁS S/A - METAGO em liquidação**.

12.2. O custo estimado (média) pela Administração para a futura contratação é de **R\$ 108.804,99 (cento e oito mil, oitocentos e quatro reais e noventa e nove centavos)**.

12.3. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato de para os serviços de reforma.

13. DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO, DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1. O serviço será prestado para a METAGO em liquidação no Complexo da METAGO em liquidação, situado à Avenida Laurício Pedro Rasmussem / Rodovia BR 153, Qd. Área - s/n Área 1, Vila Yate, Goiânia – GO.

13.2. Rotina de trabalho:

13.2.1. Limpar o pátio de todas as áreas circulantes;

13.2.2. Limpar os corrimões das escadas;

13.2.3. Limpar as áreas adjacentes às entradas do imóvel;

13.2.4. Limpar toda área lateral do imóvel e edificações;

13.2.5. Limpar a laje de cobertura, com remoção dos detritos que possam prejudicar o escoamento da água pluvial pelas calhas;

13.2.6. Lavar as áreas pavimentadas com cimento;

13.2.7. Realizar qualquer solicitação pertinente a limpeza do imóvel solicitados pela CONTRATANTE;

13.2.8. Realizar serviços afins a limpeza externa do imóvel e em situações normais e ainda, devendo acudir as situações emergenciais;

13.2.9. Realizar função de jardinagem na áreas com paisagismo;

13.2.10. Conservar as plantas, jardins e paisagismo externos;

13.2.11. Realizar a varrição das grelhas, bocas de lobo e saídas de escoamento da água pluvial;

13.2.12. Realizar todo o material coletado (galho, frutas, folhas e afins) e proceder o ensacamento para coleta pública de lixo;

13.2.13. Realizar o despraguejamento de toda área gramada e plantas, sempre que necessário;

13.2.14. Eliminar manualmente toda a vegetação indesejada existente nos canteiros;

13.2.15. Realizar os serviços de poda de árvores que impeçam a passagem de pessoas ou ofereçam risco de queda;

13.2.16. Realizar poda das copas das árvores indicadas pelo Fiscal do Contrato;

13.2.17. Rastelar e retirar todo o material proveniente do corte de grama e entulhos existentes, nas áreas gramadas e também daquele proveniente da poda de árvores;

13.2.18. Retirar entulhos depositados junto aos meios-fios elou canteiros;

13.2.19. Erradicar ervas daninhas nas áreas britadas em geral;

13.2.20. Eliminar ervas daninhas presentes nas vias e áreas pavimentadas / calçadas;

13.2.21. Preparar covas para plantio de árvores e arbustos;

13.2.22. Aplicar inseticida, fungicida, herbicida e outros defensivos agrícolas, quando autorizado, pela Administração;

13.2.23. Combater a insetos nocivos (formigas, cupim, etc.);

13.2.24. Desobstruir canaletas e drenos, para escoamento de águas pluviais;

13.2.25. Adubar áreas gramadas arborizadas e jardins;

13.2.26. Executar outros serviços correlatos.

13.2.27. Realizar bimestralmente, ou sempre que acionado pela Contratante, limpeza geral intensa, reunindo mão de obra necessária para força tarefa afim de realizar serviços como capina, roçagem e limpeza e recolhimento do material retirado (utilizando roçadeiras e todo e qualquer maquinário específico para realização deste serviço).

13.2.28. Maquinário, peças e componentes serão integralmente fornecidos pela Contratada, assim como materiais de jardinagem, adubos, terras para adubação, inseticidas, fungicidas, herbicidas e outros defensivos, necessários à execução dos serviços.

13.2.29. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

13.2.30. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

13.2.31. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes nesta Carta Convite e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

13.3. Fica designado como Gestor, para acompanhamento do processo, comunicação com a empresa contratada e gestão dos atos necessários para o cumprimento do contrato o Gerente de Gestão Financeira, Sr. Bruno Batista Silva, sob CPF n.º 011.810.451-93.

13.4. A fiscalização da contratação será exercida pelo servidor da Coordenação Patrimonial, o sr. Marcos Alves de Sousa, CPF n.º 348.935.981-04, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

13.5. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

13.6. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e

prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.7. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

14.1. A Contratada se obriga a executar os serviços de acordo com os prazos e critérios estipulados, em dias e locais determinados pela contratante, de acordo com suas necessidades.

14.2. Durante a vigência do contrato, a Contratada deverá manter seus funcionários devidamente uniformizados e portando ostensivamente o crachá de identificação.

14.3. A Contratada deverá indenizar a Contratante pelo valor dos eventuais danos, avarias e inutilização de quaisquer bens da METAGO em liquidação ou de terceiros, quando comprovada a culpabilidade de seu pessoal, sob pena de retenção do respectivo valor, na próxima fatura apresentada, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, considerando que a Contratada deverá ser responsabilizada por qualquer evento desta natureza.

14.4. Cumprir integralmente, inclusive por parte de seus empregados, as normas disciplinares determinadas pela METAGO em liquidação, assumindo todas as responsabilidades.

14.5. Tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados; dispor de seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como o pagamento de todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre o serviço contratado, mão-de-obra, despesas operacionais e administrativas, seleção e contratação de pessoal, supervisão, fiscalização, transporte, taxas, uniformes, crachás, emolumentos, demais seguros, indenizações, férias, elementos substituto de férias, folgas, licenças, atestados e faltas.

14.6. Comprovar mensalmente recolhimento das guias de contribuição do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e INSS – Instituto Nacional de Seguro Social dos funcionários correspondente ao mês vencido dos empregados a disposição na METAGO em liquidação.

14.7. A CONTRATADA é obrigada para realizar a execução dos serviços com qualidade e continuidade devendo fornecer os materiais necessários, e, imprescindíveis a limpeza como: maquinário, peças e componentes e materiais de jardinagem, adubos, terras para adubação, inseticidas, fungicidas, herbicidas e outros defensivos, necessários à execução dos serviços.

14.8. A CONTRATADA se obriga a cumprir as normas da Legislação Brasileira de Segurança do Trabalho na execução de todas as atividades realizadas por seus empregados, fornecendo a todos equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletivo (EPC'S) correspondentes à função desempenhada, instruindo seus empregados sobre a necessidade e uso correto e quanto aos procedimentos de primeiros socorros.

14.9. Durante a execução do serviço, a Contratada é obrigada a prestar informações sobre o andamento do mesmo, e, caso ocorra imprevistos a Contratada deverá notificar de imediato a Contratante e informar as devidas medidas que serão tomadas visando à solução do mesmo para a normalização da prestação do serviço a contento.

14.10. Substituir no prazo máximo de 1 (uma) hora os funcionários que por qualquer motivo não puderem exercer suas atividades, devendo ser diminuído no valor da fatura mensal todas as faltas de funcionários que não tenham sido substituídos.

14.11. Proceder a assistência de todos os benefícios mensais e diários, como vale transporte, auxílio refeição, assistência médica familiar, auxílio creche, seguro de vida, invalidez e funeral ou qualquer outro benefício e vantagem específica em acordo a Legislação Trabalhista atual.

15. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

15.1. O contratante acompanhará toda execução para o cumprimento das especificações técnicas contratadas, assim como a qualidade do mesmo.

15.2. Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos neste Termo de Referência.

15.3. Perfazer os pagamentos junto a contratada sempre que atendido as determinações especificadas no contrato.

15.4. Todos os trabalhos serão supervisionados por funcionários da CONTRATANTE, com poderes para verificar se os serviços especificados estão executados de acordo com o previsto, analisar e decidir sobre proposições da LICITANTE vencedora que visem melhorar o projeto, fazer advertências quanto a qualquer falta, e atuar para aplicação de eventuais retenções e boas práticas necessárias a boa qualidade e ao bom andamento dos serviços.

16. DA IMPUGNAÇÃO A CARTA CONVITE

16.1. Decairá do direito de impugnar os termos desta Carta Convite perante esta Administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, pelas falhas ou irregularidades que viciariam esta Carta Convite, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

16.2. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

16.3. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar esta Carta Convite por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666, de 1993, devendo protocolar o pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 01 (um) dia útil, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1o do art. 113 da referida Lei.

16.4. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail fausto.vidal@goias.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolizada junto a Diretoria-executiva de Liquidação de Estatais, instalada no endereço Rua 05, nº 833, Edifício Palácio de Prata, 8º andar, Setor Oeste, CEP 74115-060, Goiânia – Goiás.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.4. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus Anexos, bem como da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

17.5. Qualquer modificação no instrumento convocatório exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.

17.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.8. É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

17.9. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.10. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Carta Convite e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.12. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

17.13. Em caso de divergência entre disposições desta Carta Convite e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as desta Carta Convite.

17.14. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições da Lei n. 8.666, de 1993, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

17.15. O foro para dirimir questões relativas a presente Carta Convite será o da Comarca de Goiânia-GO, com exclusão de qualquer outro.

17.16. Compõem esta Carta Convite:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Modelo de Propostas

Fausto Igor Rodrigues Silva Rocha Vidal

Presidente da Comissão de Licitação

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Referência contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação de serviços limpeza, conservação e jardinagem com fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais especializados para atendimento no imóvel da Metago em liquidação situado à Avenida Laurício Pedro Rasmussen/Rodovia BR 153, Qd. Área - s/n Área 1, Vila Yate, Goiânia – GO, nesta Capital, Complexo Sede da Metais de Goiás SA (METAGO) em liquidação.

2. JUSTIFICATIVA

Justificamos a presente solicitação de contratação de serviços terceirizados para limpeza e conservação com fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais em razão das seguintes considerações abaixo:

- O imóvel em questão possui características naturais, em razão de sua vasta área de vegetação que circunda todo o imóvel e suas edificações, que demandam manutenção e limpeza permanentes,

- Sazonalmente, em períodos de chuvas e ventos intensos, é gerado substancial volume de material orgânico como folhas, raízes e galhos, e, em especial grande quantidade de frutos (mangas), que por sua vez produzem enorme quantidade de lixo que se acumula nos pátios internos produzindo mau cheiro e o acúmulo de insetos,

- O acúmulo deste material orgânico acumula-se por todas as vias do Complexo, ocasionando a obstrução das saídas de água pluvial para as galerias interrompendo o devido escoamento das águas das chuvas,

- Este imóvel está localizado ao final da Avenida Laurício Pedro Rasmussen, em seu ponto inferior, ou seja, naturalmente há um considerável volume de água que se acumula na região, com os acessos de saída e escoamento interrompidos em razão da obstrução pelo lixo acumulado, o risco de transbordamento das águas no pátio e dentro das edificações é iminente, haja vista a impossibilidade da drenagem da água da chuva ocasionado pelo entupimento das bocas de lobo e tubulações.

- Em complemento, destaca-se o investimento que vem sendo realizado para as obras de reforma e adaptação do imóvel, a permanência da situação atual certamente resultará em transtornos, prejuízos e o comprometimento dos trabalhos e recursos disponíveis para execução da obras de modernização das edificações existentes.

Em síntese: a ausência do serviço regular de limpeza permanente compromete todo o projeto de destinação que se pretende aplicar ao imóvel, que passou por décadas de abandono, e que propiciará relevante economia sobre a redução de gastos com despesas de locação de imóveis para a Administração.

Diante do exposto, justificamos a presente contratação, pelo período de 6 (seis) meses, ou até que se conclua o procedimento de transferência ao Controlador (Estado de Goiás) deste ativo, com a finalidade de que seja mantida a devida conservação e preservação deste imóvel, e principalmente impossibilitar a materialização de prejuízos por omissão de se manter o ambiente adequadamente limpo e conservado.

3. REQUISITOS E RESTRIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DA LICITAÇÃO

3.1. Não poderão participar empresas suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com a Administração durante o prazo da sanção aplicada;

3.2. Não poderão participar empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

3.3. Não poderão participar empresas cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste Termo de Referência;

3.4. Não poderão participar empresas que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação; 18

3.5. É requisito a apresentação de documentação relativa a qualificação técnica, para desempenho da atividade objeto desta licitação, nos termos do art. 30, da Lei Federal Nº 8.666/93, em especial através da apresentação de atestados técnicos fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que tenham fornecido e prestado serviços compatíveis ao objeto deste Termo de Referência, sem qualquer restrição, devendo conter o nome, o endereço e o telefone de contato do(s) atestantes, ou qualquer outra forma de que a Metago em liquidação possa valer-se para manter contato com a(s) empresa(s) declarante(s).

4. DA VISTORIA TÉCNICA

4.1. A licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes, mediante prévio agendamento de horário junto a Gerência de Gestão Financeira, pelo telefone (62) 3201-6569;

4.2. Não será condicionada a participação dos licitantes a realização de prévia vistoria técnica;

4.3. Não será fornecido documento atestando a realização da vistoria técnica;

4.4. O imóvel onde será realizado os serviços contratados está situado no seguinte endereço: Metago em liquidação – Avenida Laurício Pedro Rasmussen/Rodovia BR 153, Qd. Área - s/n Área 1, Vila Yate, Goiânia – GO

4.5. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldades existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste certame, estando as mesmas em total acordo a prestação dos serviços nas condições existentes;

5. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

5.1. O prazo estimado de vigência do Contrato será de 06 (seis) meses, contando da data de sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado de Goiás;

5.2. A critério da Contratante, o contrato poderá ser encerrado a qualquer momento, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias a Empresa Contratada.

6. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO, QUANTIDADES E VALORES ESTIMADOS

6.1 - Da quantidade e valores estimados

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE CONTRATADA	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	TOTAL MENSAL	VALOR MÉDIO TOTAL
01	Contratação de empresa para prestação de serviço de limpeza, conservação e jardinagem.	02	Auxiliares para prestação de serviço contínuo de limpeza, conservação e jardinagem.	R\$5.358,75	R\$10.717,50	R\$64.305,00
02	Serviço Extraordinário sob demanda - Roçagens e limpeza de toda vegetação do perímetro do imóvel.	03	Serviço sob demanda para realização de limpeza externa do imóvel.	R\$14.833,33	-	R\$44.499,99

6.2 Da carga horária e quantitativo de pessoal

Descrição do serviços	Quantidade de colaboradores	Serviços de rotina diária	Carga horária	Área estimada para realização dos serviços
Limpeza, conservação e jardinagem.	02	Varrição, limpeza e recolhimento do lixo.	44 horas/semanal.	15.000 m ²
Roçagem geral da área.	Acordo por nível de serviço.	Limpeza total da área externa do imóvel.	Acordo por nível de serviço.	

6.3 Rotina de trabalho

6.3.1. Limpar o pátio de todas as áreas circulantes,

6.3.2. Limpar os corrimões das escadas,

6.3.3. Limpar as áreas adjacentes às entradas do imóvel,

6.3.4 Limpar toda área lateral do imóvel e edificações,

6.3.5 Limpar a laje de cobertura, com remoção dos detritos que possam prejudicar o escoamento da água pluvial pelas calhas,

6.3.6 Lavar as áreas pavimentadas com cimento,

6.3.6 Realizar qualquer solicitação pertinente a limpeza do imóvel solicitados pela CONTRATANTE,

6.3.7 Realizar serviços afins a limpeza externa do imóvel e em situações normais e ainda, devendo acudir as situações emergenciais,

6.3.8 Realizar função de jardinagem na áreas com paisagismo,

6.3.9. Conservar as plantas, jardins e paisagismo externos,

6.3.10. Realizar a varrição das grelhas, bocas de lobo e saídas de escoamento da água pluvial,

6.3.11. Realizar todo o material coletado (galho, frutas, folhas e afins) e proceder o ensacamento para coleta pública de lixo,

6.3.12. Realizar o despraguejamento de toda área gramada e plantas, sempre que necessário,

6.3.13. Eliminar manualmente toda a vegetação indesejada existente nos canteiros,

6.3.14. Realizar os serviços de poda de árvores que impeçam a passagem de pessoas ou ofereçam risco de queda,

6.3.15. Realizar poda das copas das árvores indicadas pelo Fiscal do Contrato,

6.3.16. Rastelar e retirar todo o material proveniente do corte de grama e entulhos existentes, nas áreas gramadas e também daquele proveniente da poda de árvores;

6.3.17. Retirar entulhos depositados junto aos meios-fios elou canteiros;

6.3.18. Erradicar ervas daninhas nas áreas britadas em geral;

6.3.19. Eliminar ervas daninhas presentes nas vias e áreas pavimentadas / calçadas;

6.3.19. Preparar covas para plantio de árvores e arbustos;

6.3.20. Aplicar inseticida, fungicida, herbicida e outros defensivos agrícolas, quando autorizado, pela Administração;

6.3.21. Combater a insetos nocivos (formigas, cupim, etc.);

6.3.22. Desobstruir canaletas e drenos, para escoamento de águas pluviais;

6.3.23. Adubar áreas gramadas arborizadas e jardins;

6.3.24. Executar outros serviços correlatos,

6.3.25. Realizar bimestralmente, ou sempre que acionado pela Contratante, limpeza geral intensa, reunindo mão de obra necessária para força tarefa afim de realizar serviços como capina, roçagem e limpeza e recolhimento do material retirado (utilizando roçadeiras e todo e qualquer maquinário específico para realização deste serviço),

6.3.25. Maquinário, peças e componentes serão integralmente fornecidos pela Contratada, assim como materiais de jardinagem, adubos, terras para adubação, inseticidas, fungicidas, herbicidas e outros defensivos, necessários à execução dos serviços.





7. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada se obriga a executar os serviços de acordo com os prazos e critérios estipulados, em dias e locais determinados pela contratante, de acordo com suas necessidades;

7.2. Durante a vigência do contrato, a Contratada deverá manter seus funcionários devidamente uniformizados e portando ostensivamente o crachá de identificação;

7.3. A Contratada deverá indenizar a Contratante pelo valor dos eventuais danos, avarias e inutilização de quaisquer bens da Metago em liquidação ou de terceiros, quando comprovada a culpabilidade de seu pessoal, sob pena de retenção do respectivo valor, na próxima fatura apresentada, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, considerando que a Contratada deverá ser responsabilizada por qualquer evento desta natureza;

7.4. Cumprir integralmente, inclusive por parte de seus empregados, as normas disciplinares determinadas pela Metago em liquidação, assumindo todas as responsabilidades;

7.5. Tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados; dispor de seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como o pagamento de todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre o serviço contratado, mão-de-obra, despesas operacionais e administrativas, seleção e contratação de pessoal, supervisão, fiscalização, transporte, taxas, uniformes, crachás, emolumentos, demais seguros, indenizações, férias, elementos substituto de férias, folgas, licenças, atestados e faltas;

7.6. Comprovar mensalmente recolhimento das guias de contribuição do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e INSS – Instituto Nacional de Seguro Social dos funcionários correspondente ao mês vencido dos empregados a disposição na Metago em liquidação;

7.7. A CONTRATADA é obrigada para realizar a execução dos serviços com qualidade e continuidade devendo fornecer os materiais necessários, e, imprescindíveis a limpeza como: maquinário, peças e componentes e materiais de jardinagem, adubos, terras para adubação, inseticidas, fungicidas, herbicidas e outros defensivos, necessários à execução dos serviços;

7.8. A CONTRATADA se obriga a cumprir as normas da Legislação Brasileira de Segurança do Trabalho na execução de todas as atividades realizadas por seus empregados, fornecendo a todos equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletivo (EPC'S) correspondentes à função desempenhada, instruindo seus empregados sobre a necessidade e uso correto e quanto aos procedimentos de primeiros socorros,

7.9. Durante a execução do serviço, a Contratada é obrigada a prestar informações sobre o andamento do mesmo, e, caso ocorra imprevistos a Contratada deverá notificar de imediato a Contratante e informar as devidas medidas que serão tomadas visando à solução do mesmo para a normalização da prestação do serviço a contento;

7.10. Substituir no prazo máximo de 1 (uma) hora os funcionários que por qualquer motivo não puderem exercer suas atividades, devendo ser diminuído no valor da fatura mensal todas as faltas de funcionários que não tenham sido substituídos;

7.11. Proceder a assistência de todos os benefícios mensais e diários, como vale transporte, auxílio refeição, assistência médica familiar, auxílio creche, seguro de vida, invalidez e funeral ou qualquer outro benefício e vantagem específica em acordo a Legislação Trabalhista atual.

8. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

8.1. O contratante acompanhará toda execução para o cumprimento das especificações técnicas contratadas, assim como a qualidade do mesmo,

8.2. Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos neste Termo de Referência,

8.3. Perfezer os pagamentos junto a contratada sempre que atendido as determinações especificadas no contrato,

8.4. Todos os trabalhos serão supervisionados por funcionários da CONTRATANTE, com poderes para verificar se os serviços especificados estão executados de acordo com o previsto, analisar e decidir sobre proposições da LICITANTE vencedora que visem melhorar o projeto, fazer advertências quanto a qualquer falta, e atuar para aplicação de eventuais retenções e boas práticas necessárias a boa qualidade e ao bom andamento dos serviços.

9. FORMA DE PAGAMENTO

9.1. Os pagamentos serão efetuados em até 10 (dez) dias após a apresentação da fatura junto a Gerência de Gestão Financeira, devidamente atestada pela unidade competente, após o mês vencido, para o respectivo pagamento.

Se os serviços não forem executados conforme as especificações, o pagamento ficará suspenso até o seu recebimento definitivo.

Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais ou pendência de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, nenhum pagamento será feito à contratada e o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados. O pagamento só será realizado após a comprovação de regularidade para com a Fazenda Nacional (certidão conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados), prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS), prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), prova de regularidade com a Fazenda Pública Estadual e prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.

10. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 A gestão do contrato ficará a cargo de um representante da Metago em liquidação especialmente designado pela Contratante por meio de Portaria,

10.2 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, sendo acompanhado pela Contratante através de seu gestor e fiscal: o gestor com a função de administrar todo o contrato desde a sua assinatura até o encerramento com a entrega do objeto contratado e seu devido pagamento, enquanto que, o fiscal responsável a execução técnica do escopo contratual, vistoriando fisicamente no local da prestação do serviço.

Bruno Batista Silva
Gerente de Gestão Financeira

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

A
Comissão de Licitação
METAGO em liquidação - GO
Ref.: CARTA CONVITE Nº 003/2021.

Prezados Senhores,

A empresa _____, com sede na Rua/Av. _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com endereço eletrônico _____, abaixo assinada por seu representante legal, interessada na participação da presente Carta Convite, propõe a esse município a prestação do serviço do objeto deste ato convocatório, de acordo com a presente proposta comercial, nas seguintes condições:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIMINAÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	06	Mês	Contratação de empresa para prestação de serviço de limpeza, conservação e jardinagem, fornecendo 02 colaboradores para execução do serviço, por 6 meses, no imóvel da METAGO.		
02	03	Unidade	Serviço Extraordinário sob demanda - Roçagens e limpeza de toda vegetação de perímetro do imóvel da METAGO.		

Valor Total da Proposta R\$ (em numeral) (por extenso):

Validade da Proposta: _____

Declaramos que estamos de acordo com os termos da Carta Convite e acatamos suas determinações, bem como, informamos que nos preços propostos estão incluídos custos diretos e indiretos, encargos tributários, transportes, encargos trabalhistas, dentre outros, necessários à execução do objeto da licitação.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemos a assinar o Contrato e prestar o serviço constante da nossa proposta no prazo estabelecido no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social:

CNPJ/MF:

Endereço:

Tel./Fax: **CEP:**

Cidade: **UF:**

Banco: **Agência:** **C/C:**

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome:

Endereço:

CEP: **Cidade:** **UF:**

CPF/MF: **Cargo/Função:**

RG nº: **Expedido por:**

Naturalidade: **Nacionalidade:**

Localidade, ___ de _____ de 2021.

(Nome e assinatura do responsável legal, que comprove mediante cópia do contrato social ou procuração pública ou particular poderes para tal investidura)

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÕES

Carta Convite 003/2021

Objeto: _____.

Á METAGO em liquidação – GO.

_____ (razão social da licitante), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ _____, com sede na _____, CEP _____, com inscrição estadual _____, inscrição municipal _____, telefone _____, e endereço eletrônico _____, neste ato representada por seu _____ (sócio, gestor, procurador, etc), Sr(a) _____ (nome completo), portador do CPF _____, declara que:

a. Não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme art. 7º, inciso XXXIII, combinado com o art. 27, V da Lei 8666/93;

b. Não foi declarada inidônea para licitar e ou contratar com a Administração Pública, bem como de que quaisquer dos sócios da empresa ou diretores não estão proibidos de contratar com o poder público, comprometendo-se a informar qualquer uma dessas situações por evento superveniente;

c. Não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, e caso possua, deverá declarar a pessoa, cargo, vínculo, para fins de exame se incide ou não em alguma restrição legal para fins de contratação. Compreendem-se as esferas públicas, municipais, estaduais e da União.

d. Concorde com todos os termos da presente Carta Convite e respectivos anexos, inclusive do contrato, se comprometendo a assinar e cumprir, se for vencedor, o contrato na forma ora apresentada e no prazo assinalado, bem como de manter durante o contrato situação regular com os requisitos da presente Carta Convite.

Cidade de _____, Estado _____, aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____.

(ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA)

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO Nº ____/2021.

As partes abaixo identificadas têm, entre si, justas e acertado os termos do contrato para contratação de prestação de serviço de engenharia nos termos abaixo, conforme disciplina a Lei nº 8.666/93.

A METAIS DE GOIÁS S/A - METAGO em liquidação, empresa de economia mista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.535.210/0001-47, com endereço na Rua 05, nº 833, Edifício Palácio de Prata, 8º andar, Setor Oeste, CEP 74115-060, Goiânia – Goiás, neste ato representada por seu Liquidante e Diretor-Executivo de Liquidação de Estatais, **Sr. Edson Sales de Azeredo Souza**, brasileiro, casado, Administrador, Gestor de Finanças e Controle, portador da Carteira de Identidade n.º 198557 PCID-GO, sob o CPF n.º 122.500.661-91, residente e domiciliado em Goiânia, nomeado pelo Decreto Governamental de 14.01.2019, publicado na página 4 do Diário Oficial do Estado de Goiás nº 22.971, de 14.01.2019 – Suplemento, confirmado liquidante pelo Decreto nº 9.455, de 25 de junho de 2019, nos termos do Art. 76 da Lei nº 20.491, de 25 de junho de 2019, e pelos §§ do Art. 66 desta mesma Lei, que estabelece a organização administrativa do Poder Executivo, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e do outro lado _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ _____, com sede na _____, telefone _____, endereço eletrônico _____, neste ato representada por _____, inscrito(a) no CPF _____ de ora em diante denominada **CONTRATADA**, têm entre si, justo e avençado, por força do presente instrumento, obedecendo às disposições contidas na lei 8.666/93 e alterações, e demais a normas, contratam o seguinte.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

1.1. O presente contrato de prestação de serviço decorre do procedimento de licitação modalidade Carta Convite nº 003/2021 protocolizada via Processo Administrativo nº **202100005024524**, que faz parte integrante deste instrumento, realizada em conformidade com a legislação pertinente à matéria, sujeitando-se as partes às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, concomitante com a Lei Federal 13.303/2016.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O presente termo objetiva a contratação de empresa para a prestação dos serviços limpeza, conservação e jardinagem com fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais especializados para atendimento no imóvel da METAGO em liquidação situado à Avenida Laurício Pedro Rasmussem/Rodovia BR 153, Qd. Área - s/n Área 1, Vila Yate, Goiânia – GO, conforme especificações, materiais, normas e quantidades estabelecidas, descrições e especificações da CARTA CONVITE e TERMO DE REFERÊNCIA.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1. O contrato terá vigência de 06 (seis) meses, contados da data da assinatura, podendo ser prorrogada a critério da Administração, até o limite legal (art. 57, LLC), por meio de termos aditivos, garantida a sua eficácia após a publicação do extrato na imprensa oficial. Essa contratação não implica vínculo empregatício de qualquer natureza, podendo a rescisão do contrato ocorrer nos termos do artigo 77, 78 e 79 da Lei n. 8.666, de 1993.

3.1.1. A critério da CONTRATANTE, o contrato poderá ser encerrado a qualquer momento, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias a empresa contratada.

3.2. Ocorrendo à prorrogação do prazo de duração do contrato o valor do objeto poderá ser reajustado anualmente pelo IGP.

3.3. A contratação será regida pela Lei nº. 8.666, de 1993 e suas alterações posteriores.

3.4. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato de para os serviços de reforma.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....)

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. É assegurado a **CONTRATANTE** o direito de alterar quantitativamente o objeto deste contrato, em acréscimos e supressões observadas os limites estabelecidos no art. 65, parágrafo I, da Lei 8.666/93 e alterações.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta de recursos próprios da **METAIS DE GOIÁS S/A - METAGO em liquidação**.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 10 (dez) dias após a apresentação da fatura junto a Gerência de Gestão Financeira, devidamente atestada pela unidade competente, após o mês vencido, para o respectivo pagamento.

6.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

6.3. O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.3.1. O prazo de validade;

6.3.2. A data da emissão;

6.3.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

6.3.4. O período de prestação dos serviços;

6.3.5. O valor a pagar; e

6.3.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

6.5. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

6.5.1. Não produziu os resultados acordados;

6.5.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

6.5.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada

7. CLÁUSULA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

7.2. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação;

7.3. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

7.4. No caso de obras, somente será autorizada a subcontratação de empresas que expressamente aceitem o cumprimento das cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas, previstas na Instrução Normativa SEGES/MP nº 6, de 6 de julho de 2018.

7.5. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

8. CLÁUSULA NONA – DO LOCAL, PRAZO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. O serviço será prestado para a METAGO em liquidação no Complexo da METAGO em liquidação, situado à Avenida Laurício Pedro Rasmussem / Rodovia BR 153, Qd. Área - s/n Área 1, Vila Yate, Goiânia – GO.

8.2. Rotina de trabalho:

8.2.1. Limpar o pátio de todas as áreas circulantes;

8.2.2. Limpar os corrimões das escadas;

8.2.3. Limpar as áreas adjacentes às entradas do imóvel;

8.2.4. Limpar toda área lateral do imóvel e edificações;

8.2.5. Limpar a laje de cobertura, com remoção dos detritos que possam prejudicar o escoamento da água pluvial pelas calhas;

8.2.6. Lavar as áreas pavimentadas com cimento;

8.2.7. Realizar qualquer solicitação pertinente a limpeza do imóvel solicitados pela CONTRATANTE;

8.2.8. Realizar serviços afins a limpeza externa do imóvel e em situações normais e ainda, devendo acudir as situações emergenciais;

8.2.9. Realizar função de jardinagem na áreas com paisagismo;

8.2.10. Conservar as plantas, jardins e paisagismo externos;

8.2.11. Realizar a varrição das grelhas, bocas de lobo e saídas de escoamento da água pluvial;

8.2.12. Realizar todo o material coletado (galho, frutas, folhas e afins) e proceder o ensacamento para coleta pública de lixo;

8.2.13. Realizar o despraguejamento de toda área gramada e plantas, sempre que necessário;

8.2.14. Eliminar manualmente toda a vegetação indesejada existente nos canteiros;

8.2.15. Realizar os serviços de poda de árvores que impeçam a passagem de pessoas ou ofereçam risco de queda;

8.2.16. Realizar poda das copas das árvores indicadas pelo Fiscal do Contrato;

8.2.17. Rastelar e retirar todo o material proveniente do corte de grama e entulhos existentes, nas áreas gramadas e também daquele proveniente da poda de árvores;

8.2.18. Retirar entulhos depositados junto aos meios-fios elou canteiros;

8.2.19. Erradicar ervas daninhas nas áreas britadas em geral;

8.2.20. Eliminar ervas daninhas presentes nas vias e áreas pavimentadas / calçadas;

8.2.21. Preparar covas para plantio de árvores e arbustos;

8.2.22. Aplicar inseticida, fungicida, herbicida e outros defensivos agrícolas, quando autorizado, pela Administração;

8.2.23. Combater a insetos nocivos (formigas, cupim, etc.);

8.2.24. Desobstruir canaletas e drenos, para escoamento de águas pluviais;

8.2.25. Adubar áreas gramadas arborizadas e jardins;

8.2.26. Executar outros serviços correlatos.

8.2.27. Realizar bimestralmente, ou sempre que acionado pela Contratante, limpeza geral intensa, reunindo mão de obra necessária para força tarefa afim de realizar serviços como capina, roçagem e limpeza e recolhimento do material retirado (utilizando roçadeiras e todo e qualquer maquinário específico para realização deste serviço).

8.2.28. Maquinário, peças e componentes serão integralmente fornecidos pela Contratada, assim como materiais de jardinagem, adubos, terras para adubação, inseticidas, fungicidas, herbicidas e outros defensivos, necessários à execução dos serviços.

8.2.29. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

8.2.30. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.2.31. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes nesta Carta Convite e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.3. Fica designado como Gestor, para acompanhamento do processo, comunicação com a empresa contratada e gestão dos atos necessários para o cumprimento do contrato o Gerente de Gestão Financeira, Sr. Bruno Batista Silva, sob CPF n.º 011.810.451-93.

8.4. A fiscalização da contratação será exercida pelo servidor da Coordenação Patrimonial, o sr. Marcos Alves de Sousa, CPF n.º 348.935.981-04, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

8.5. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

8.6. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.7. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, o licitante/adjudicatário que:

9.1.1. Não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

9.1.2. Apresentar documentação falsa;

9.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

9.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

9.1.5. Não mantiver a proposta;

9.1.6. Cometer fraude fiscal;

9.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

9.1.8. Falhar ou fraudar na execução do contrato.

9.2. Subcontratar parcela do objeto fora das condições previstas na Carta Convite ou sem autorização da CONTRATANTE.

9.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

9.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

9.3.2. Multa de:

9.3.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

9.3.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

9.3.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

9.3.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo;

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens da Carta convite e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos na Carta Convite/contrato;	01

9.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

9.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

9.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9.5. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

9.6. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.7. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o órgão poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

9.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

9.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na Carta Convite.

9.12. Sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal a que pode ficar sujeito, o rol das penalidades administrativas a que o licitante, adjudicatário ou contratado pode ser submetido, assim como o rito do procedimento administrativo para sua aplicação, estão dispostos na Lei nº 8.666, de 1993, subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999 e nº 10.520, de 2002, sobre Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAAR.

10. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

10.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

10.1.1. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.1.2. Nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Projeto Básico, anexo do Instrumento Convocatório;

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

10.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

10.4.1. Indenizações e multas.

10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro, atualizado;

10.5. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

10.6. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS em relação ao empregados da contrata que efetivamente participaram da execução do contrato poderá dar ensejo à rescisão do contrato, por ato unilateral e escrito, por parte da CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis (art. 8º, inciso IV, do Decreto n.º 9.507, de 2018).

11. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

11.1. Caberá ao CONTRATANTE providenciar, por sua conta, a publicação resumida do Instrumento de Contrato e de seus aditamentos, na imprensa oficial e no prazo legal, conforme o art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

12. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. A Contratada se obriga a executar os serviços de acordo com os prazos e critérios estipulados, em dias e locais determinados pela contratante, de acordo com suas necessidades.

12.2. Durante a vigência do contrato, a Contratada deverá manter seus funcionários devidamente uniformizados e portando ostensivamente o crachá de identificação.

12.3. A Contratada deverá indenizar a Contratante pelo valor dos eventuais danos, avarias e inutilização de quaisquer bens da METAGO em liquidação ou de terceiros, quando comprovada a culpabilidade de seu pessoal, sob pena de retenção do respectivo valor, na próxima fatura apresentada, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, considerando que a Contratada deverá ser responsabilizada por qualquer evento desta natureza.

12.4. Cumprir integralmente, inclusive por parte de seus empregados, as normas disciplinares determinadas pela METAGO em liquidação, assumindo todas as responsabilidades.

12.5. Tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados; dispor de seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como o pagamento de todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre o serviço contratado, mão-de-obra, despesas operacionais e administrativas, seleção e contratação de pessoal, supervisão, fiscalização, transporte, taxas, uniformes, crachás, emolumentos, demais seguros, indenizações, férias, elementos substituto de férias, folgas, licenças, atestados e faltas.

12.6. Comprovar mensalmente recolhimento das guias de contribuição do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e INSS – Instituto Nacional de Seguro Social dos funcionários correspondente ao mês vencido dos empregados a disposição na METAGO em liquidação.

12.7. A CONTRATADA é obrigada para realizar a execução dos serviços com qualidade e continuidade devendo fornecer os materiais necessários, e, imprescindíveis a limpeza como: maquinário, peças e componentes e materiais de jardinagem, adubos, terras para adubação, inseticidas, fungicidas, herbicidas e outros defensivos, necessários à execução dos serviços.

12.8. A CONTRATADA se obriga a cumprir as normas da Legislação Brasileira de Segurança do Trabalho na execução de todas as atividades realizadas por seus empregados, fornecendo a todos equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletivo (EPC'S) correspondentes à função desempenhada, instruindo seus empregados sobre a necessidade e uso correto e quanto aos procedimentos de primeiros socorros

12.9. Durante a execução do serviço, a Contratada é obrigada a prestar informações sobre o andamento do mesmo, e, caso ocorra imprevistos a Contratada deverá notificar de imediato a Contratante e informar as devidas medidas que serão tomadas visando à solução do mesmo para a normalização da prestação do serviço a contento.

12.10. Substituir no prazo máximo de 1 (uma) hora os funcionários que por qualquer motivo não puderem exercer suas atividades, devendo ser diminuído no valor da fatura mensal todas as faltas de funcionários que não tenham sido substituídos.

12.11. Proceder a assistência de todos os benefícios mensais e diários, como vale transporte, auxílio refeição, assistência médica familiar, auxílio creche, seguro de vida, invalidez e funeral ou qualquer outro benefício e vantagem específica em acordo a Legislação Trabalhista atual.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. O contratante acompanhará toda execução para o cumprimento das especificações técnicas contratadas, assim como a qualidade do mesmo.

13.2. Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos neste Termo de Referência.

13.3. Perfezer os pagamentos junto a contratada sempre que atendido as determinações especificadas no contrato.

13.4. Todos os trabalhos serão supervisionados por funcionários da CONTRATANTE, com poderes para verificar se os serviços especificados estão executados de acordo com o previsto, analisar e decidir sobre proposições da LICITANTE vencedora que visem melhorar o projeto, fazer advertências quanto a qualquer falta, e atuar para aplicação de eventuais retenções e boas práticas necessárias a boa qualidade e ao bom andamento dos serviços.

14. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da Comarca de Goiânia - GO para dirimir as dúvidas oriundas do presente contrato.

Assim, após lido na presença do **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, assinaram o presente instrumento contratual na presença de duas testemunhas, para que melhor forma em direito admitida, produza seus jurídicos legais efeitos para si e seus sucessores.

Liquidante

CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____

CPF: _____

2. _____

CPF: _____

GOIANIA, 08 de dezembro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **FAUSTO IGOR RODRIGUES SILVA ROCHA VIDAL**, **Presidente de Comissão**, em 15/12/2021, às 15:50, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **000026074296** e o código CRC **D1DDA94E**.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA
RUA 5 833 Qd.S/Q Lt.S/L, 8º ANDAR, ED.PALÁCIO DE PRATA - Bairro SETOR OESTE - GOIANIA - GO - CEP 74115-060 - .



Referência: Processo nº 202100005024524



SEI 000026074296